

**Novas Perspectivas  
na Pesquisa Contábil**

**Um estudo sobre nível de atendimento aos critérios de evidenciação do Ajuste a Valor Presente nas empresas do setor de Construção e Transporte listadas na BM&FBovespa**

**MAYKE DOUGLAS XAVIER DE LIMA**

*Universidade Federal de Pernambuco*

**JULIANA GONÇALVES DE ARAUJO**

*Universidade Federal de Pernambuco*

**UMBELINA CRAVO TEIXEIRA LAGIOIA**

*Universidade Federal de Pernambuco*

**RODRIGO VICENTE DOS PRAZERES**

*Universidade Federal de Pernambuco*

**JOÃO GABRIEL NASCIMENTO DE ARAÚJO**

*Universidade Federal de Pernambuco*

**Um estudo sobre nível de atendimento aos critérios de evidenciação do Ajuste a Valor Presente nas empresas do setor de Construção e Transporte listadas na BM&FBovespa**

**RESUMO**

Esta pesquisa tem como objetivo verificar qual o nível de atendimento aos critérios de evidenciação dispostos no CPC 12, referente às práticas do Ajuste a Valor Presente, nas empresas do setor de Construção e Transporte listadas na BM&FBovespa entre os anos de 2008 a 2012. No entanto, foram excluídas algumas empresas, por estas não apresentarem indícios, em quaisquer dos anos, da realização do ajuste a valor presente. Assim, a amostra deste estudo foi composta por 72 companhias, as quais evidenciaram seja em Nota Explicativa ou em conta de Balanço Patrimonial, indício da prática de ajuste a valor presente. Foi possível verificar que as divulgações realizadas estão aquém das propostas pelo CPC 12, e que as mudanças ocorridas nesse processo de ajuste são pouco divulgadas, constituindo um cenário que pouco se modifica de um ano para outro. O único item que sofreu uma grande elevação de atendimento foi o da divulgação das práticas gerais de Ajuste a Valor Presente em Notas Explicativas, principalmente no ano de 2010, devido à compulsoriedade da aplicação das normas contábeis nas entidades de capital aberto. O item que menos foi atendido referiu-se à evidenciação dos modelos de cálculos para aplicação do Ajuste a Valor Presente. Apesar da descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente ter grande representatividade em nível de evidenciação, as entidades ainda necessitam divulgar melhor as premissas, montante e horizonte temporal destes. O estudo limita-se pela não observação do nível de evidenciação das práticas do ajuste com o nível de governança das empresas da amostra.

## 1. INTRODUÇÃO

As informações contábeis divulgadas pelas entidades visam atender às necessidades de seus usuários para o momento de tomada de decisão. Segundo a Estrutura Conceitual contida no Pronunciamento Conceitual Básico (2010), as informações contábeis destinam-se primariamente aos investidores e credores. Os primeiros podem estar interessados nos investimentos realizados em instrumentos de dívidas ou patrimoniais relacionados à compra, venda ou manutenção destes; os segundos, podem oferecer empréstimos ou outras formas de créditos.

A Estrutura Conceitual apresenta ainda as quatro bases de mensuração de ativos e passivos, as quais são empregadas em diferentes graus e em variadas combinações nas Demonstrações Contábeis: custo histórico, custo corrente, valor realizável e valor presente. Cada uma destas bases mensura os elementos patrimoniais e de resultado levando-se em conta o valor do dinheiro em um determinado momento no tempo.

Desta forma, o custo histórico representa a base mais usual para a mensuração de ativos e passivos, e corresponde ao registro original pelo qual o ativo ou o passivo integra o Balanço Patrimonial. Já o custo corrente representa os valores que desembolsaríamos para adquirir ativos ou liquidar passivos na data de encerramento de uma demonstração contábil. O valor realizável representa os valores que a entidade obteria, caso ela desejasse alienar seus ativos ou liquidar seus passivos no curso normal de suas operações. O valor presente representa o valor presente dos fluxos de caixa futuros ativos e passivos que surgem no curso normal das operações da entidade.

O ajuste a valor presente corresponde, portanto, a uma das bases de avaliação de ativos e passivos contempladas na Estrutura Conceitual.

A Lei 6.404/76, modificada pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, também faz menção ao ajuste a valor presente, quando trata dos critérios de avaliação de ativos e passivos. A referida Lei, em seus artigos 183 e 184, dispõe que os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo, bem como as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente serão ajustados a valor presente.

Desta forma, o ajuste a valor presente também representa uma base (ou critério) de avaliação de ativos e passivos, segundo esta Legislação.

A Estrutura Conceitual, faz parte de um conjunto de normativos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), o qual tem por objetivo o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de contabilidade, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Dentre os diversos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC existe um que trata especificamente do Ajuste a Valor Presente, o qual corresponde ao Pronunciamento Técnico CPC 12. O Pronunciamento Técnico CPC 12 explicita que sempre que houver efeito relevante, o Ajuste a Valor Presente deve ser aplicado na contabilização inicial de ativos ou passivos. O item 2 do referido Pronunciamento dispõe que a utilização de informações com base no valor presente contribui para o incremento do valor preditivo da contabilidade; permite a correção de julgamentos acerca de eventos passados já registrados; e traz melhoria na forma pela qual eventos presentes são reconhecidos.

Os Pronunciamentos Técnicos são de cumprimento obrigatório pelas entidades. Contudo, observam-se lacunas quanto a aderência dos mesmos no que se refere a alguns critérios de evidenciação e de mensuração. Em estudo realizado por Souza, Borba & Zandonai (2011), o qual objetivou verificar o nível de evidenciação da perda no valor recuperável de ativos, constatou-se que nenhuma empresa da amostra evidenciou as informações de maneira

completa. Moura, Dallabona, Fank & Varela (2013) também realizaram um estudo sobre a evidenciação contábil dos ativos intangíveis das companhias abertas. Da mesma forma, observou-se neste estudo que o nível de evidenciação das informações estava abaixo do recomendado (índice médio de 61% de atendimento).

Tendo por base as implicações e importância de uma evidenciação correta e disposta pela norma para cada pronunciamento emitido, o objetivo deste estudo é verificar **qual o nível de atendimento aos critérios de evidenciação dispostos no CPC 12, referente às práticas do Ajuste a Valor Presente, nas empresas do setor de Construção e Transporte listadas na BM&FBovespa entre os anos de 2008 a 2012.**

## **2. HARMONIZAÇÃO CONTÁBIL E O PRONUNCIAMENTO CONTÁBIL DE AJUSTE A VALOR PRESENTE – CPC 12**

Para tratar dos procedimentos contábeis internacionais adotados pelo Brasil, a partir da união de esforços entre várias instituições, criou-se o Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Segundo a Resolução CFC nº 1.055/05, o CPC tem como objetivo: o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

Dessa forma, sua utilidade reside na análise dos dados que a entidade gera diariamente em suas transações, ou atividades que deem margem às contabilizações, visto que estas informações trazem benefícios tanto internamente (para a contabilidade gerencial), quanto para os usuários externos, quando do interesse dos mesmos aos fatos da empresa ou ao interesse da rentabilidade de seus investimentos. Ademais, variados são interesses de cada usuário, por este motivo, o Pronunciamento Conceitual Básico define os usuários de forma generalizada, afirmando que o pronunciamento não tem a finalidade de atender a algum grupo de usuários específico e, portanto, as demonstrações contábeis devem ser elaboradas e apresentadas para os usuários externos, em um âmbito geral.

No entanto, nem sempre a atenção da contabilidade foi voltada ao usuário. Num país como o Brasil, influenciado por um sistema *civil law*, o fisco adquire maior impacto na formação dos relatórios financeiros, criando uma legalidade e barreiras ao desenvolvimento coerente da contabilidade, que fica limitada quanto ao uso e modo como aborda essas informações. Visto que os usuários são confrontados com diversas demonstrações, seria útil para os referidos que tais documentos fossem mais harmônicos. Portanto, relatórios financeiros são alvos de harmonização (Van der Tas, 1988).

Corroborando com a ideia da harmonização, Tay & Parker (1990) fazem alusões aos termos utilizados na diferenciação entre harmonização e harmonia; padronização e uniformidade. Para esses autores, a harmonização (processo) é um movimento distante da total diversidade que ocorre no âmbito prático. Já a harmonia (estado), é caracterizada pela “aglomeração” de companhias em torno de um ou mais métodos disponíveis. Padronização (processo) é um movimento para a uniformidade (estado). Tal processo inclui a “aglomeração” de empresas com harmonia, e redução nos números de métodos disponíveis, assim, não sendo dicotômicas a uniformidade e harmonia.

Nesse sentido, Ball (2006) entende que é ingenuidade acreditar que a uniformidade das normas, de forma isolada, irá produzir relatórios contábeis uniformes. Uma vez que, os fatores políticos e econômicos que influenciam os incentivos dos preparadores das demonstrações financeiras, e que inevitavelmente moldam a atual prática da contabilidade,

não podem ser ignorados. No entanto, a harmonização da contabilidade não deve ser confundida com a normalização. Pois, conforme afirma Niyama (2005), a harmonização é um processo de preservação das particularidades inerentes a cada país, levando-se em consideração a reconciliação dos sistemas contábeis com outros países, com vistas a melhorar a troca de informações, bem como sua interpretação e entendimento. Por outro lado, a padronização é um processo de uniformização de critérios que não admite flexibilização.

Ademais, a finalidade da harmonização é propiciar aos usuários risco menor atrelado à interpretação e análise das informações divulgadas, principalmente de outros países, com suas peculiaridades e divergências. Isso permite que, o próprio investidor traga à realidade de sua região e avalie de forma real o seu investimento, comparando-o, por exemplo, com investimentos existentes no mercado em que está presente, optando pelo mais vantajoso.

O Pronunciamento Técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente (2008) trata essencialmente de questões gerais e de forma específica, sobre mensuração relacionada ao Ajuste a Valor Presente (AVP) dos elementos de ativos e passivos.

O que se quer com o AVP é estimar o valor corrente (hoje) de um fluxo de caixa futuro, por meio de um desconto financeiro. Logo, para se conhecer o valor atual é preciso descontar (aplicar uma determinada taxa de desconto) um valor futuro determinado (esperado), em um prazo conhecido (datas correntes). Dessa forma, obtêm-se avaliação do fluxo futuro no presente.

O CPC 12 (2008) define Ajuste a valor presente como sendo a estimativa do valor corrente de um fluxo de caixa futuro. Neste conceito do CPC percebe-se que há dados importantes e necessários para se calcular a estimativa do valor atual referente a um fluxo de caixa que se vislumbra se beneficiar em um dado momento no futuro. Esses elementos essenciais são: Valor Futuro, Datas do referido Fluxo e Taxa.

Desta forma, para se estimar o valor do fluxo futuro é preciso que sejam determinados: os elementos, termos e as condições contratadas que será objeto de avaliação a AVP. Já as Datas do referido Fluxo se referem ao hoje e o amanhã por ser necessário se determinar o período em que se espera o valor presente, a partir do prazo futuro. Por fim a taxa a ser aplicada serve para estimar o valor corrente é necessário se determinar a taxa de desconto aplicável à transação.

#### **4. ESTUDOS ANTERIORES**

Investigações acerca das práticas contábeis desenvolvidas nas empresas de Capital Aberto são bastante realizadas e publicadas na pesquisa em finanças e contabilidade, fundamentando a relevância e interesse do tema.

Estudos sobre a evidenciação de tais práticas podem ser observados, por exemplo, pelos autores Colauto, Nascimento, Avelino & Bispo (2009), os quais buscaram verificar a evidenciação de ativos intangíveis não adquiridos nos Relatórios da Administração das companhias listadas nos Níveis de Governança Corporativa da BM&FBovespa. O resultado desse estudo indicou que as entidades do nível de governança (N1 e Novo Mercado) que possuem maior valor de mercado tendem a evidenciar mais características intangíveis nos relatórios.

Ainda se tratando de pesquisas realizadas com as companhias abertas, Nogueira Júnior, Jucar, Macedo & Corrar (2012) investigaram sobre o impacto da harmonização contábil no resultado e nos fluxos de caixa das entidades após a publicação da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08. Os autores concluíram que a publicação da Lei não afetou a relação entre o Lucro Líquido e o Fluxo de Caixa Operacional da entidade, conforme tinha sido proposto em hipótese da pesquisa.

Quanto às práticas específicas a respeito do Ajuste a Valor Presente dispostas no Pronunciamento Técnico CPC 12, foram observados alguns estudos realizados no Brasil. Ponte, Oliveira, Cavalcante & Luca (2010) obteve como amostra de sua pesquisa 334 companhias listadas na BM&FBovespa do exercício findo de 2008, observando o nível diferenciado de governança corporativa de cada entidade. O estudo concluiu que no ano de 2008 as companhias não evidenciaram conforme prescrito nos pronunciamentos e normas vigentes, e o mesmo comportamento pôde ser observado também nas empresas do Novo Mercado, não apresentando nenhuma significância estatística entre o comportamento das companhias do Novo Mercado e Nível 2 com o restante das empresas. O resultado desta pesquisa teria a possibilidade de ter se apresentado de forma divergente caso fosse realizada uma análise a partir do ano de 2010, em que a adoção das práticas contábeis se tornaram obrigatórias.

Em outra investigação, realizada por Fontana, Andrade & Macagnan (2013), houve também o objetivo de analisar o nível de evidenciação referente ao exigido pelo Pronunciamento Técnico CPC 12, no entanto, a amostra deste estudo se restringiu àquelas companhias listadas no índice IBrX-50 da BM&FBovespa, o qual representa um índice com 50 ações que apresentam maior negociabilidade, e tendo seu período de análise restrito às demonstrações publicadas no terceiro quadrimestre de 2011. O resultado deste estudo apresentou que ainda há que se evoluir quanto à evidenciação obrigatória das informações de Ajuste a Valor Presente, e os setores que mais atenderam foram os de Construção Civil (80,8%) e as que menos atenderam foram as indústrias manufatureiras (65,4%).

## 5. METODOLOGIA

A população para este estudo foram as companhias listadas na BM&FBovespa pertencentes ao setor de Construção e Transporte no período de 2008 a 2012. No entanto, foram excluídas algumas empresas, por estas não apresentarem indícios, em quaisquer dos anos, da realização do ajuste a valor presente. Assim, a amostra deste estudo foi composta por 72 companhias, as quais evidenciaram seja em Nota Explicativa ou em conta de Balanço Patrimonial, indício da prática de ajuste a valor presente.

### Instrumento de coleta

Os dados foram coletados por meio da aplicação de um *checklist* aplicado às companhias. O *checklist* utilizado foi elaborado com base no CPC 12, restringindo-se apenas à seção de divulgação do pronunciamento (item 33). A fim de facilitar uma observação mais completa da divulgação sobre o ajuste a valor presente das empresas componentes da amostra, optou-se por utilizar o *checklist* utilizado por Fontana, Andrade e Macagnan (2013), visto que este segregava os 6 tópicos constantes no item 33 em um instrumento com 13 itens que discriminam de forma mais específica.

Tabela 1 - *Checklist* dos indicadores de evidenciação

Itens	Indicador	CPC 12 - AVP
1.	Notas Explicativas	Parágrafo 33
2.	Natureza dos fluxos de caixa (contratuais ou não)	Parágrafo 33 (a)
3.	Valor de entrada cotado a valor de mercado	Parágrafo 33 (a)
4.	Taxa de juros	

5.	Taxas de juros descompostas (juros e prêmio)	Parágrafo 33 (b)
6.	Montante dos fluxos de caixa estimados	Parágrafo 33 (b)
7.	Horizonte temporal estimado	Parágrafo 33 (b)
8.	Descrição do item objeto do avp	Parágrafo 33 (a)
9.	Premissas utilizadas pela administração	Parágrafo 33 (b)
10.	Modelos utilizados para cálculos de riscos e <i>inputs</i>	Parágrafo 33 (c)
11.	Descrição do método de alocação dos descontos	Parágrafo 33 (d)
12.	Procedimento adotado para acomodar mudanças	Parágrafo 33 (d)
13.	Processo de mensuração a valor presente	Parágrafo 33 (e)
14.	Motivação da administração	Parágrafo 33 (f)

Fonte: Fontana, Andrade & Macagnan (2013)

A partir dos indicadores propostos foram analisadas as Notas Explicativas das companhias que fizeram parte da amostra referente aos anos de 2008 a 2012, desta forma, proporcionando uma análise temporal de evidenciação do ajuste a valor presente, e, conseqüentemente, possibilitando a verificação de uma possível evolução ao decorrer dos anos.

Para análise, foram elaboradas planilhas com colunas que indicavam três opções para cada empresa em seus respectivos anos: critério atendido, critério não atendido e não se aplica. As companhias que se enquadraram na categoria “não se aplica” são entidades que por alguma razão não possuem contas a serem ajustadas a valor presente.

## 7. ANÁLISE DE RESULTADOS

Esta seção será dividida em 5 tópicos, os quais estarão relacionados a cada ano de análise (2008 à 2012). O CPC 12, o qual trata especificamente do Ajuste a Valor Presente, foi aprovado no mês de dezembro de 2008, podendo levar a uma observação parcial dos requisitos dispostos na norma. No entanto, observou-se que a maioria das empresas já reconhecia em suas notas explicativas a existência do procedimento de ajuste a valor presente.

A amostra deste estudo é composta por 76 empresas, mas algumas dessas empresas não apresentaram demonstrações no ano de 2008, por não terem seu capital aberto durante este período. Assim, foram analisadas 72 empresas.

### 7.1 O ano de 2008

Destas, foi possível observar que 58% (42) dispuseram, em nota explicativa, informações relacionadas ao ajuste a valor presente. E 7% (5) afirmaram não aplicar o ajuste a valor presente porque diante das contas que estas possuíam, não haveria necessidade da realização do ajuste. Aproximadamente 35% (25) da amostra não evidenciou quaisquer indícios de adoção ao ajuste a valor presente. Com este resultado, o percentual de atendimento aos aspectos dispostos na norma terão como base as 42 entidades que, de alguma forma, evidenciaram a adoção do método.

A segunda questão traz a natureza dos fluxos de caixa como objeto de avaliação e se estes são contratuais ou não. Grande parte das empresas, o que representa um percentual de 71% (30), atenderam a este quesito, sendo a maioria relacionada à prática do arrendamento mercantil ou contratos de concessão (principalmente quando se refere às entidades do segmento de exploração de rodovias). A premissa da utilização do valor de entrada cotado a valor de mercado foi utilizada por 36% (15) das empresas, o restante não evidenciou qualquer informação sobre a comparação com o valor de mercado.

Um dos itens mais relevantes para a evidenciação é a taxa de desconto utilizada para o procedimento do ajuste a valor presente, mesmo assim, é possível observar uma quantidade elevada de entidades que não atendem a este requisito. Cerca de 55% (23) evidenciam a taxa de desconto utilizada para a realização do ajuste, enquanto 45% (19) não informam. Além da divulgação da taxa de desconto, o Pronunciamento ainda estabelece a necessidade da decomposição desta taxa de desconto em juros e prêmio e quanto ao atendimento deste item observou-se um descumprimento por parte de 100% (42) das entidades que reconhecem a utilização do Ajuste a Valor Presente.

Ainda quanto aos aspectos do ajuste, o pronunciamento recomenda a evidenciação do montante e o horizonte temporal do fluxo de caixa estimado, e a respectiva descrição do objeto do Ajuste a Valor Presente. No ano de 2008 foi possível observar que 48% (20) das entidades demonstrou o montante dos fluxos de caixa, enquanto apenas 24% (10) evidenciou o horizonte temporal estimado.

A descrição dos itens objetos do Ajuste a Valor presente (questão 7) foi atendida por 79% (33) e a utilização de suas premissas divulgadas por 60% (25). As questões posteriores abordaram sobre os modelos utilizados para cálculos e a descrição do método de alocação dos descontos realizados. O atendimento a divulgação dos modelos utilizados foi executado apenas por uma entidade, a All S.A. e a descrição dos métodos é atendida por 57% (24), e predominantemente pelas empresas de Construção Civil.

As três últimas questões estão relacionadas às mudanças ocorridas nos aspectos que influenciem o cálculo do Ajuste a Valor Presente. Entretanto, as empresas que não evidenciaram itens relacionados às modificações não sofreram avaliação negativa. Apenas 8 empresas (19%) demonstraram informações sobre os procedimentos adotados para acomodar mudanças, mas 3 delas não apresentaram o propósito da mensuração a valor presente, e nenhuma empresa divulgou a motivação da administração para a realização de tais mudanças adotadas.

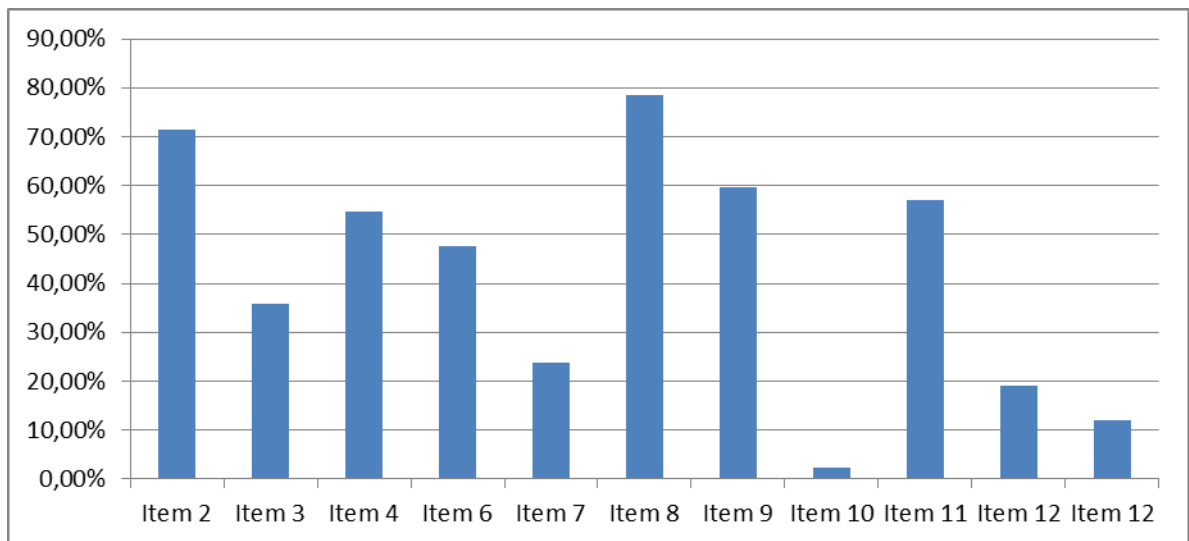
As empresas que mais divulgaram informações no ano de 2008 foram Tecnisa e Trisul (Construção Civil), atendendo a 10 critérios dispostos no *checklist*. Com 9 atendimentos, ficaram as empresas Rossi Residencial, Viver Incorporadora (Construção Civil), Gol (Transporte Aéreo) e All S.A (Transporte Ferroviário).

A figura abaixo apresenta os itens que foram atendidos pelas empresas que divulgaram informações de práticas do Ajuste a Valor Presente em Nota Explicativa. As legendas das figuras abaixo são correspondentes aos itens expostos no *checklist* na seção anterior (metodologia).

Os itens que não estão presentes no gráfico foram aqueles que não apresentaram quaisquer evidenciações, com exceção do primeiro item, o qual trata da evidenciação em Nota Explicativa. Como é possível observar, o atendimento mais elevado se deu em relação à descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente, e o menor item foi o dos Modelos utilizados para cálculos e *inputs*.



Figura 1: Atendimento aos Itens do Ajuste a Valor Presente no ano de 2008



## 7.2 O ano de 2009

Neste ano o mesmo número de empresas é encontrado (72), no entanto, os indícios de utilização do Ajuste a Valor Presente foram maiores, representando o percentual de 65% (47), enquanto 24% (17) não divulgou quaisquer informações que sugerissem a adoção da prática. Apenas uma empresa, a Sergen Serviços S.A (Construção Civil), como já havia feito no ano anterior, afirmou não apresentar prazos que caracterizem a necessidade da adoção do procedimento contábil.

Tomando por base apenas as empresas que indicaram a utilização do Ajuste a Valor Presente, foi possível observar um percentual de 72% (34) de atendimento a evidenciação da natureza dos fluxos de caixa, a qual indica se estes são de natureza contratual ou não, percentual timidamente mais elevado que no ano anterior (71%). Quanto ao valor de entrada e sua necessidade de atenção à cotação do valor de mercado, não houve alteração em termos percentuais em relação ao ano anterior, assim como ocorreu com a evidenciação da taxa de juros (55%). Quanto a taxa de juros descomposta em juros efetivos e respectivo prêmio, 2 empresas (Gol S.A e All S.A) evidenciaram informações mais detalhadas relacionadas a esse item.

O montante e horizonte temporal dos fluxos de caixa estimados são evidenciados 51% (24) e 32% (15), respectivamente, o que significa um aumento em relação ao ano anterior. Enquanto a descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente apresentou leve diminuição, apresentando um nível de evidenciação em 74% (35), se comparado ao ano de 2008, comportamento semelhante ao encontrado na divulgação das premissas utilizadas para realização do ajuste (57%). Uma redução ao atendimento também foi observada quanto às

premissas utilizadas e métodos de alocação de descontos - 57% e 53%, respectivamente. O item referente aos modelos utilizados para cálculos e *inputs* permaneceu constante (2%).

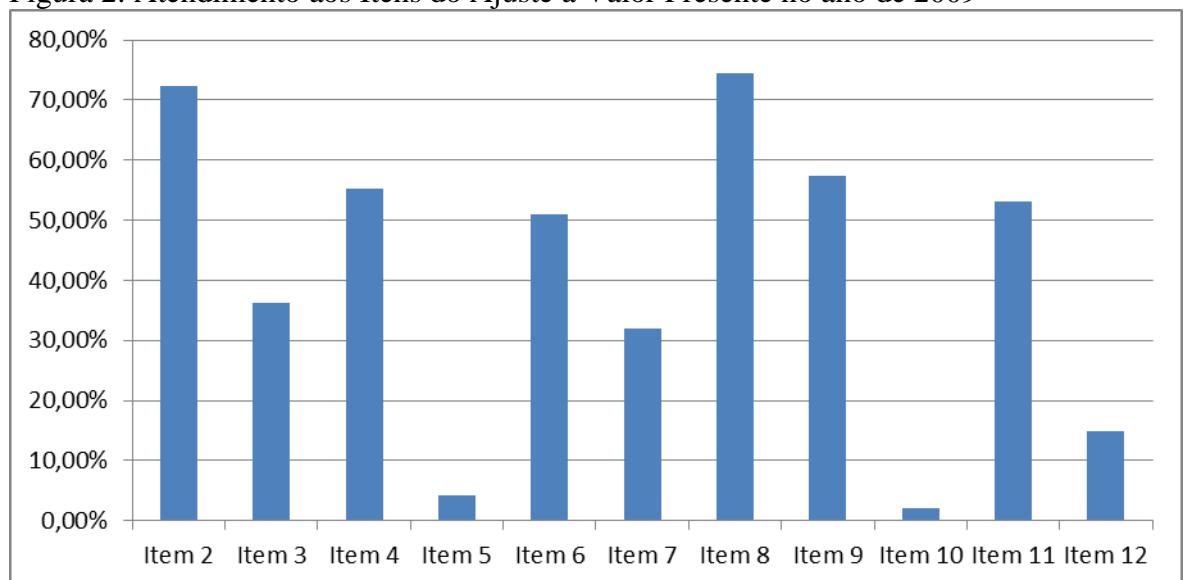
A divulgação acerca dos itens de mudanças nos procedimentos realizados para o Ajuste a Valor Presente foi de 15% (7), sendo estas empresas do setor de Construção Civil e Exploração de Rodovias, entretanto, nenhuma das entidades divulgou o propósito da mensuração a valor presente nem a motivação da administração em realizar mudanças, divergente do ano anterior, onde ao menos 5, das 8 empresas que divulgaram realizar mudanças, informaram o propósito da mensuração.

No ano de 2009, com atendimento de 10 dos 14 critérios existentes no *checklist*, foi possível verificar que as empresas Gol e All S.A foram as que mais evidenciaram informações. Brookfield, CRZ Empreendimentos, Tecnisa (Construção Civil) e Ecorodovias (Exploração de Rodovias), foram as empresas que também se destacaram, atendendo 9 critérios.

A figura abaixo apresenta os itens que foram atendidos pelas empresas que divulgaram informações de práticas do Ajuste a Valor Presente em Nota Explicativa. As legendas da figura são correspondentes aos itens expostos no *checklist* na seção anterior (metodologia).

Os itens que não estão presentes no gráfico foram aqueles que não apresentaram quaisquer evidenciações, com exceção do primeiro item, o qual trata da evidenciação em Nota Explicativa. Como é possível observar, o atendimento mais elevado se deu em relação à descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente, e o menor item foi o dos Modelos utilizados para cálculos e *inputs*, assim como ocorrido no ano anterior. E o item 5, referente a decomposição da taxa em juros e prêmio, foi atendida por algumas empresas este ano, diferentemente do que ocorreu no ano anterior.

Figura 2: Atendimento aos Itens do Ajuste a Valor Presente no ano de 2009



### 7.3 O ano de 2010

O ano de 2010 apresentou uma significativa elevação do nível de evidenciação do Ajuste a Valor Presente em Notas Explicativas, 85% (61). Destas, 57% (35) e 31% (19) evidenciaram a natureza dos fluxos de caixa e o valor de entrada cotado a valor de mercado, percentual menor que se comparado aos anos antecedentes. Já a taxa de juros foi divulgada

por 59% (36), maior representação até então, assim como encontrado na respectiva decomposição da taxa - 7% (4).

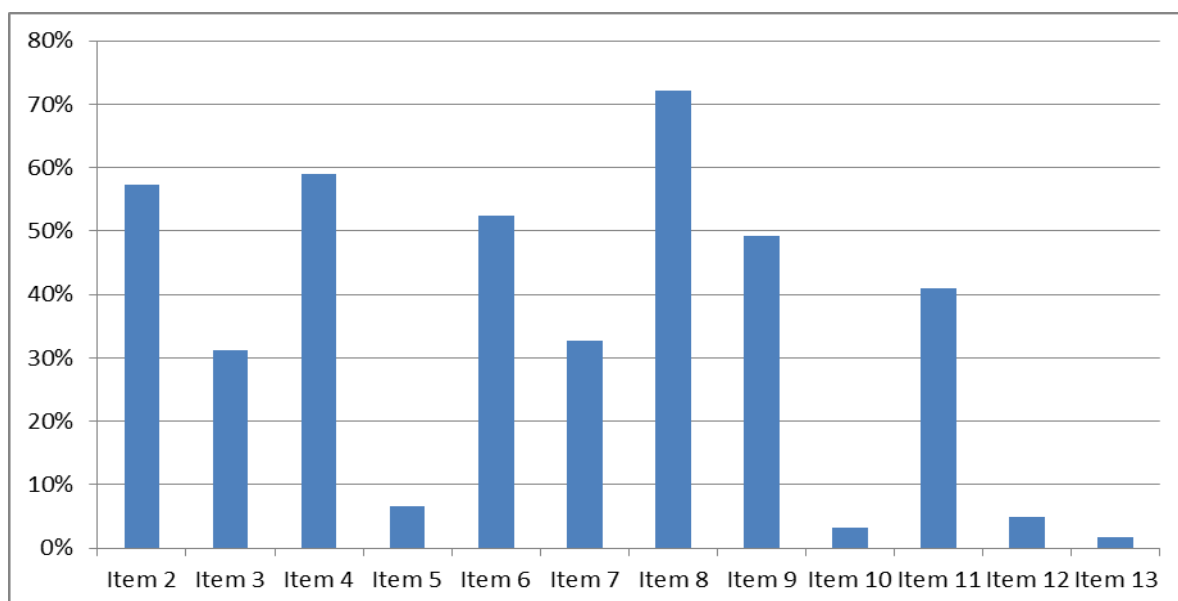
Quanto ao montante e horizonte temporal do fluxo de caixa foram encontradas as representações de 52% (32) e 33% (20), respectivamente, mantendo uma semelhança entre o ano anterior. A descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente tem a representação de 72% (44) e a divulgação das premissas utilizadas é realizada por cerca de 49% (30), representações inferiores se em comparação com os anos anteriores. Redução também encontrada na descrição do método de alocação dos descontos, representado por 41% (25). Já quanto aos modelos utilizados para cálculos e *inputs* observou-se o mesmo comportamento do ano anterior. O procedimento adotado para acomodar mudanças foi evidenciado por 5% (3) daquelas que evidenciam a prática do Ajuste a Valor Presente em Nota Explicativa, e apenas 1 destas 3 empresas informa o propósito de mensuração a valor presente (Cia Docas - Serviços de apoio e armazenagem).

No ano de 2010 as empresas que receberam destaque pelo nível de atendimento aos critérios de divulgação do Ajuste a Valor Presente foram a Gol e All S.A, atendendo a 10 critérios estabelecidos pelo *checklist*. Outras empresas que se destacaram foram a Rossi Residencial e Viver Incorporadora, ambas de Construção Civil, além da MRS Logística (Transporte Ferroviário), e JSL S.A e Tegma (Transporte Rodoviário). Todas estas últimas atendendo a 9 critérios.

A figura abaixo apresenta os itens que foram atendidos pelas empresas que divulgaram informações de práticas do Ajuste a Valor Presente em Nota Explicativa. As legendas da figura são correspondentes aos itens expostos no *checklist* na seção anterior (metodologia).

Os itens que não estão presentes no gráfico foram aqueles que não apresentaram quaisquer evidências, com exceção do primeiro item, o qual trata da evidenciação em Nota Explicativa. Como é possível observar, o atendimento mais elevado se deu em relação à descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente, o nível de atendimento aos modelos utilizados para cálculos e *inputs* continua sendo o item menos evidenciado. O item 5, referente a decomposição da taxa em juros e prêmio, foi atendida por algumas empresas a mais este ano, assim como a inclusão do item 13 - processo de mensuração a valor presente das mudanças como item evidenciado.

Figura 3: Atendimento aos Itens do Ajuste a Valor Presente no ano de 2010



#### 7.4 O ano de 2011

O nível de atendimento às evidenciações de Ajuste a Valor Presente em Notas Explicativas foi de 83% (60), e a natureza dos fluxos de caixa são atendidos por 63% (38) das 60 empresas que evidenciam Ajuste a Valor Presente. O valor de entrada cotado a valor de mercado é evidenciado por 38% (23), o maior percentual encontrado até a presente análise.

Neste ano, a maior diferença encontrada foi a evidenciação da taxa de juros, com o percentual de 68% (41) e a sua decomposição, em taxa de juros e em prêmio, foi exposta por 7% de tais empresas, mesmo nível encontrado no ano anterior, com ênfase na Tegma Gestão Logística S.A, a qual apresentou adequadamente as informações e o risco encontrado na taxa de juros.

O montante e o horizonte temporal do fluxo de caixa são exibidos por 52% (31) e 42% (25), respectivamente, sendo o último o maior nível evidenciado até então.

A oitava questão traz a descrição do objeto do processo de Ajuste a Valor Presente como ênfase e apresenta um percentual de atendimento de 70% (42), enquanto a questão seguinte evidencia as premissas utilizadas pelas entidades, e demonstra um atendimento de 50% (30), semelhantemente ao item anterior.

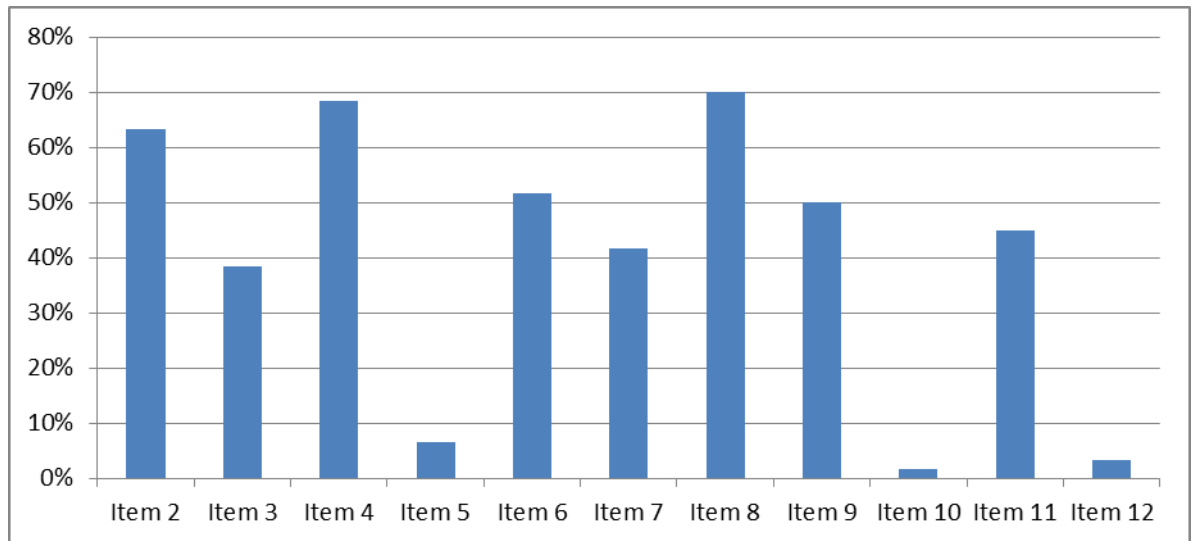
Os modelos utilizados para cálculos e *inputs* e a descrição do método de alocação dos descontos não demonstraram variação significativa de um ano para outro - 2% (1) e 45% (27). Neste ano de análise a evidenciação dos procedimentos adotados para acomodar mudanças foi realizada por 2 entidades (Brookfield Incorporações S.A e Gafisa S.A), ambas do setor de Construção Civil. Entretanto, nenhuma delas evidenciou informações referentes a tais mudanças (questões 13 e 14).

No ano de 2011 as empresas que mais evidenciaram informações acerca do Ajuste a Valor Presente foram a Gol e a All S.A, com atendimento a 10 itens dos 14 propostos no *checklist* aplicado.

A figura abaixo apresenta os itens que foram atendidos pelas empresas que divulgaram informações de práticas do Ajuste a Valor Presente em Nota Explicativa. As legendas da figura são correspondentes aos itens expostos no *checklist* na seção anterior (metodologia).

Os itens que não estão presentes no gráfico foram aqueles que não apresentaram quaisquer evidenciações, com exceção do primeiro item, o qual trata da evidenciação em Nota Explicativa. Como é possível observar, o atendimento mais elevado se deu em relação à descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente, e o menor item foi o dos Modelos utilizados para cálculos e *inputs*, semelhantemente ao que ocorreu em 2008 e 2009. O item 13, que tinha sido divulgado no ano anterior, não foi atendido por quaisquer empresas que efetuaram mudanças nos procedimentos de AVP, prejudicando o entendimento e execução das modificações realizadas. O item 4 (taxa de juros) merece destaque neste ano, que atingiu quase 70% do nível de evidenciação, maior nível encontrado até então.

Figura 4: Atendimento aos Itens do Ajuste a Valor Presente no ano de 2011



### 7.5 O ano de 2012

O ano de 2012 teve uma representação de 81% (58) de evidenciação de Ajuste a Valor Presente em Nota Explicativa. A natureza dos fluxos de caixa teve uma representação no nível de 64% (37) das entidades que divulgaram informações sobre o procedimento de Ajuste a Valor Presente. O valor de entrada cotado a valor de mercado, neste último ano de análise, foi de 41% (24), maior nível encontrado nas análises desde então.

A taxa de juros foi evidenciada por 74% (43) daquelas empresas que apresentaram informações sobre a prática do Ajuste a Valor Presente (58), mas a decomposição da taxa em juros e prêmio foi demonstrada por apenas 3 empresas (Trevisa S.A, All S.A e a Gol), as mesmas que realizaram no ano anterior, com exceção da Tegma, a qual deixou de evidenciar no ano de 2012.

A questão 6 e 7, que tratam do montante e horizonte temporal do fluxo de caixa, foram atendidas por 53% (31) e 38% (22), respectivamente. A primeira apresentando percentual similar aos anos recentemente analisados, e a segunda (horizonte temporal) evidenciou uma tímida redução em relação ao ano anterior.

O item 8 aborda a descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente e apresenta um percentual de 76% (44), o maior nível evidenciado até então, atrás somente da análise realizada no ano de 2008 (78%). O grau de evidenciação quanto às premissas utilizadas foi de 53% (31), indicando uma tímida elevação na divulgação, a qual foi bruscamente reduzida de aproximadamente 10% entre os anos de 2009 e 2010.

Os modelos utilizados para cálculos e *inputs* teve o atendimento percentual de 3% (2), as entidades que atenderam foram a All S.A e PDG Realty S.A. A descrição do método de alocação dos descontos foi evidenciada por 47% (27), o melhor percentual apresentado dos últimos 3 anos.

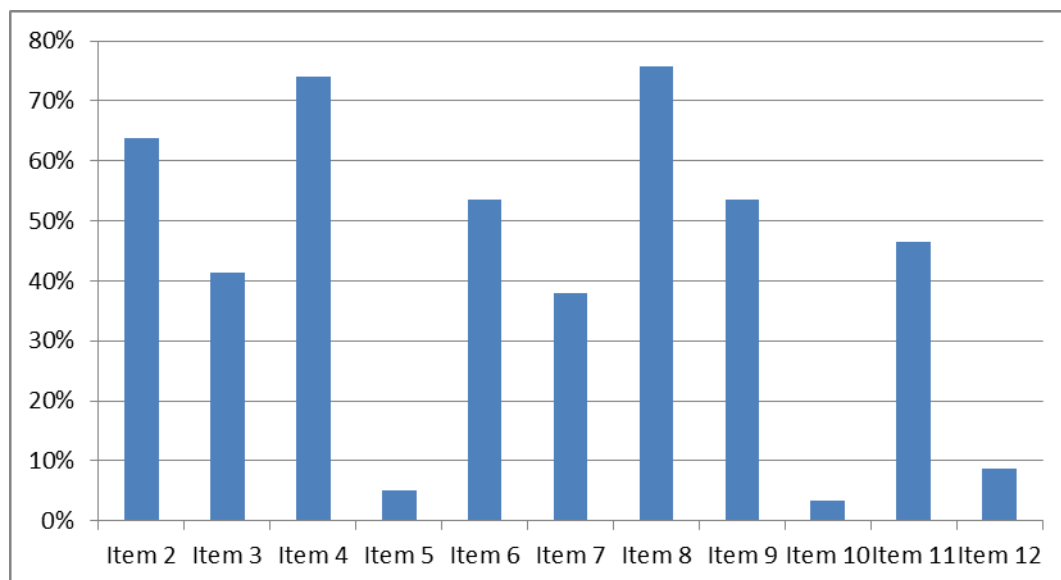
Por fim, a última análise qual aborda acerca das mudanças ocorridas nos procedimentos de Ajuste a Valor Presente, atingiu o percentual de 9% (5), todas as empresas são pertencentes à Construção Civil. Porém, assim como nos anos antecedentes, a divulgação acerca das mudanças ocorridas não são executadas pelas entidades.

As empresas que apresentaram maior índice de atendimento aos itens dispostos no *checklist* foram: Cyrela Brazil, Direcional Engenharia, Pdg Realty, Gol e All S.A, todas atendendo a 10 itens do instrumento de análise.

A figura abaixo apresenta os itens que foram atendidos pelas empresas que divulgaram informações de práticas do Ajuste a Valor Presente em Nota Explicativa. As legendas da figura são correspondentes aos itens expostos no *checklist* na seção anterior (metodologia).

Os itens que não estão presentes no gráfico foram aqueles que não apresentaram quaisquer evidenciações, com exceção do primeiro item, o qual trata da evidenciação em Nota Explicativa. Como é possível observar, o atendimento mais elevado se deu em relação à descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente, e próximo ao atendimento deste item está o item 4, o qual trata da taxa de juros. Semelhantemente ao comportamento observado no anterior, a evidenciação da taxa de juros aumentou e apresentou seu maior índice neste ano. O menor item foi o dos modelos utilizados para cálculos e *inputs*, como observado em anos anteriores. Os itens referentes às informações sobre as práticas de mudanças adotadas pelas entidades (itens 13 e 14) não foram atendidos por quaisquer empresas que efetuaram mudanças nos procedimentos de AVP, prejudicando o entendimento e execução das modificações realizadas. O item 4 (taxa de juros) merece destaque neste ano, que atingiu quase 70% do nível de evidenciação, maior nível encontrado até então.

Figura 5: Atendimento aos Itens do Ajuste a Valor Presente no ano de 2012

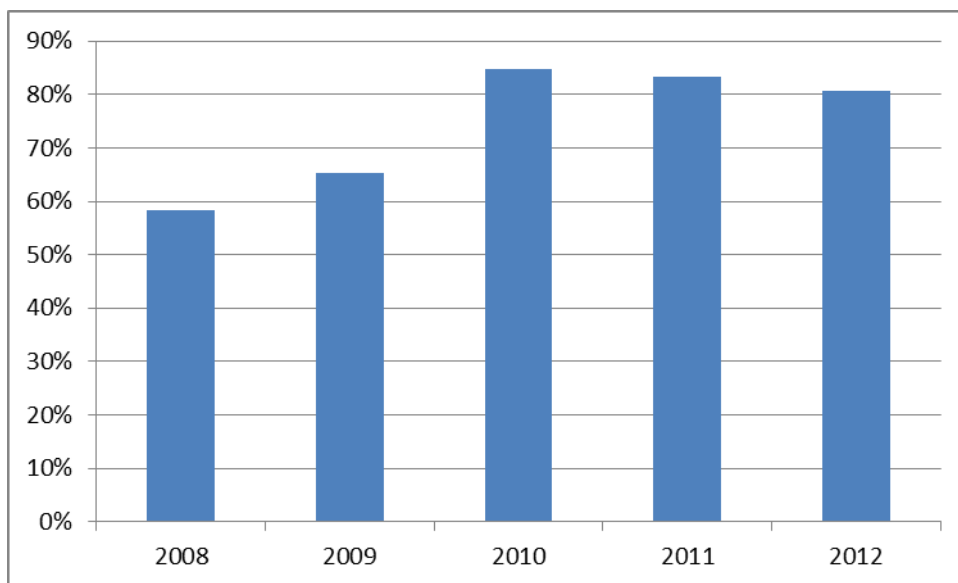


#### 7.6 O nível de evidenciação do Ajuste a Valor Presente

O Ajuste a Valor Presente se aplica aos elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo, bem como as obrigações, os encargos e os riscos classificados no passivo não circulante serão ajustados ao seu valor presente serão ajustados a valor presente. Assim, é possível inferir que entidades que tenham o capital aberto e que são listadas na bolsa possuem algum destes objetos para realização do procedimento de Ajuste a Valor Presente.

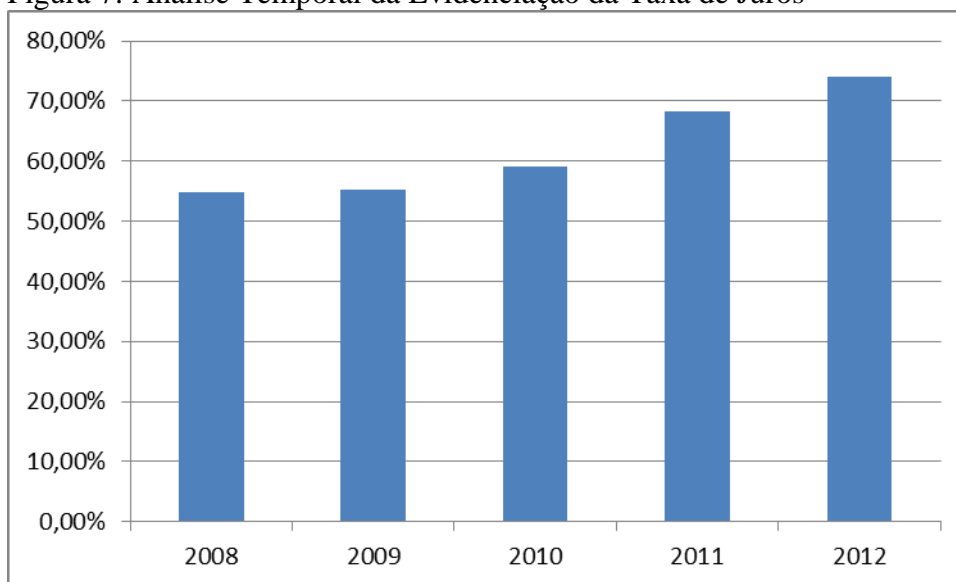
A figura abaixo demonstra o nível de evidenciação em Notas Explicativas em uma análise temporal, onde é possível observar que a partir do ano de 2010 houve um aumento da divulgação de práticas do AVP, entretanto, nos anos seguintes, houve uma tímida diminuição neste nível. Este aumento ocorrido no ano de 2010 pode ser derivado da obrigação das aplicações das normas internacionais da contabilidade, que não eram apresentadas de forma compulsória até então.

Figura 6: Análise Temporal do Nível de Evidenciação em Nota Explicativa



Um outro item que se destaca quanto ao seu nível de atendimento é o referente à taxa de juros (item 4), como apresentado na figura 7. O atendimento às especificidades foi apresentado de forma crescente, além de ser o item mais evidenciado dos critérios dispostos no *checklist*. No entanto, a correta evidenciação desta taxa deveria ser apresentada segregada entre os juros e o prêmio componentes desta taxa. Tal item foi exposto, em média, entre 5% e 7% das empresas componentes da amostra.

Figura 7: Análise Temporal da Evidenciação da Taxa de Juros



## 8. CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo verificar o nível de atendimento aos critérios de evidenciação dispostos no CPC 12, referentes às práticas do Ajuste a Valor Presente, nas empresas do setor de Construção e Transporte listadas na BM&FBovespa, entre os anos de 2008 a 2012.

O estudo analisou as empresas que evidenciaram quaisquer informações em Nota Explicativa constantes do setor de Construção e Transporte. Foi possível verificar que as divulgações realizadas estão aquém das propostas pelo CPC 12, e que as mudanças ocorridas nesse processo de ajuste são pouco divulgadas, constituindo um cenário que pouco se modifica de um ano para outro.

O único item que sofreu uma grande elevação de atendimento foi o da divulgação das práticas gerais de Ajuste a Valor Presente em Notas Explicativas, principalmente no ano de 2010, devido à compulsoriedade da aplicação das normas contábeis nas entidades de capital aberto.

O item que menos foi atendido referiu-se à evidenciação dos modelos de cálculos para aplicação do Ajuste a Valor Presente (item 10). Apesar da descrição do item objeto do Ajuste a Valor Presente ter grande representatividade em nível de evidenciação, as entidades ainda necessitam divulgar melhor as premissas, montante e horizonte temporal destes.

O estudo limita-se pela não observação do nível de evidenciação das práticas do ajuste com o nível de governança das empresas da amostra. Entretanto, esta pesquisa traz o aspecto temporal de análise como diferencial de outros estudos, podendo evidenciar variação no nível de atendimento aos critérios; variação esta que não se fez tão significativa quanto aos aspectos mais profundos do processo de valorização a Valor Presente.

## REFERÊNCIAS

- Ball, R. (2006). International financial reporting standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and Business Research*. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=929561>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2014.
- Brasil. (2007). Lei n°. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei n°. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n°. 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 28 dez.
- Brasil. (2009). Lei n°. 11.941, de 27 de maio de 2009. Altera a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários; concede remissão nos casos em que específica; institui regime tributário de transição, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, 28 mai.
- Cfc. (2005). Resolução CFC 1055/05. Disponível em: <[http://www.crcsp.org.br/portal\\_novo/legislacao\\_contabil/resolucoes/Res1055.htm](http://www.crcsp.org.br/portal_novo/legislacao_contabil/resolucoes/Res1055.htm)>. Acesso em: 15 de janeiro de 2014.
- Colauto, R. D., Nascimento, P. S., Avelino, B. C., Bispo, O. N. A. (2009). Evidenciação de Ativos Intangíveis Não Adquiridos nos Relatórios da Administração das Companhias Listadas nos Níveis de Governança Corporativa da Bovespa. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 20, n.1, p. 142-169, jan./mar..
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2011). *Pronunciamento Conceitual Básico (R1)*. Disponível em: [http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00\\_R1.pdf](http://www.cpc.org.br/pdf/CPC00_R1.pdf). Acesso em 26 de dez 2013.



Cpc. (2008). Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Pronunciamento técnico CPC 12. Ajuste a valor presente. Brasília.

Fontana, F. B., Andrade, A. F., Magagnan, C. B. (2013). Um Estudo sobre o Ajuste a Valor Presente nas Empresas Listadas na BM&FBovespa. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ (online)*, v. 18, n.1, p. 62-80, jan./abr..

Moura, G. D., Dallabona, L. F., Fank, O. L., Varela, P.S. Relação entre Ativos Intangíveis e Governança Corporativa. *Revista de Contabilidade e Controladoria*, v. 5, n. 1 p. 120-138, jan./abr., 2013.

Niyama, J. K. (2005). Contabilidade Internacional. São Paulo: Atlas.

Nogueira Junior, E., Jucá, M. N., Macedo, M. A. S., Corrar, L. J. (2012). Início da adoção das IFRS no Brasil: Os impactos provocados na relação entre o lucro e o fluxo de caixa operacional. *Revista de Contabilidade Vista & Revista*, v. 23, n. 1, p.47-74, jan./mar.

Ponte, V. M. R., Oliveira, M. C., Cavalcante, D. S., Luca, M. M. M. (2012). Análise das Práticas de Divulgação do Ajuste a Valor Presente pelas Companhias Listadas na BM&FBovespa. *Revista Universo Contábil*, v. 8, n.1, p. 53-69, jan./mar.

Souza, M. M.; Borba, J. A., Zandonai, F. (2011). Evidenciação da Perda do Valor Recuperável de Ativos nas Demonstrações Contábeis: Uma Verificação nas Empresas de Capital Aberto Brasileiras. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 22, n. 2, p. 67-91, abr./jun.

Tay, J.S.W., Parker, R.H. (1990). Measuring International Harmonization and Standardization. *Abacus*.V 26, N. 1, pp. 71-88.

Van Der Tas, L.G. (1988). Measuring Harmonisation of Financial Reporting Practice. *Accounting and Business Research*. V. 18, N. 70, pp. 157-169.